

---

**CÂMARA TÉCNICA DE COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS**  
**CTCOB**  
**ATA DA 56ª REUNIÃO**

6 Data: 13 de maio de 2008

7 Local: Subsolo do Edifício Marie Prendi Cruz - SEPN 505 (W3 Norte), lote 2, em Brasília.

9 **PARTICIPANTES:**

- 11 - Ministério do Meio Ambiente-MMA-SRHU: Rodrigo Speziali de Carvalho  
(rodrigo.carvalho@mma.gov.br)
- 13 - Ministério do Meio Ambiente-MMA-ANA: Giordano Bruno Bomtempo de Carvalho-  
(giordanobruno@ana.gov.br)
- 15 - Ministério da Agricultura-MAPA: Eduardo A Cadavid Garcia  
(eduardo.garcia@agricultura.gov.br)
- 17 - Ministério das Cidades: Norma Lúcia de Carvalho- (norma.carvalho@cidadaes.gov.br)
- 18 - Ministério das Minas e Energia: Christian André H. Govastki  
(christian.govastki@mme.gov.br)
- 20 - Ministério da Integração Nacional- Stanely R. Bastos-  
(stanley.bastos@integracao.gov.br)
- 22 - Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos- Espírito Santo/Minas Gerais-Sergio Gustavo  
23 R. Leal- (sergio.leal@igam.mg.gov.br)
- 24 - Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos- Paraná/Mato Grosso- Enéas S.Machado-  
25 (eneasmachado@sudersa.pr.gov.br)
- 26 - Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos- SP/RJ- Laura Stela Naliato Perez-  
27 (laurap@cetesbnet.sp.gov.br)
- 28 - Usuário/Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Valeria Almeida Lopes  
29 de Faria (vfaria@cemig.com.br)
- 30 - Irrigantes- Jairo Santos Lousa- Conselheiro- (jairolousa@yahoo.com.br)
- 31 - Usuário/Prestadores de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento  
32 Sanitário: Elenice Roginski- (elenice@sanepar.com.br)
- 33 - Usuário/Setor Pescadores e Usuários de Água para Lazer e Turismo: Wilson Azevedo  
34 Filho- (azefilho@hotmail.com)
- 35 - Usuário/Indústria: Elisa Romano- (edezolt@cni.org.br)
- 36 - Comitês de Bacias Hidrográficas- Eduardo L. Paschoalotti-  
37 (epaschoalotti@am.ripasa.com.br)
- 38 - Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Dalto Favero  
39 Brochi- (dalto.favero@agua.org.br)
- 40 - Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa: Jaildo Santos Pereira- (jaildo@yahoo.com)

42 **DEMAIS PRESENTES:**

- 44 - Erivaldo Barbosa - UFCG- PB- (erifat@terra.com.br)
- 45 - Valeria Ferreira Borges- IGAM- (valeria.borges@igam.mg.gov.br)
- 46 - Rachel Landgraf de Siqueira - SRHU- (rachel.siqueira@mma.gov.br)
- 47 - André Pol- SRHU- (andre.pol@mma.gov.br)
- 48 - Marco J. M. Neves- SRHU - (marco.neves@mma.gov.br)
- 49 - Adriana Loustosa da Costa - SRHU- (adriana.lustosa@mma.gov.br)
- 50 - Rodrigo Laborne Mattioli -SRHU- (rodrigo.mattioli@mma.gov.br)
- 51 - Patrick T. Thomas - ANA - (patrick@ana.gov.br)

53 ■**Ednaldo Mesquita Carvalho** - SRHU/MMA - Tel.: (61) 3410-2082  
54 (ednaldo.mesquita@mma.gov.br)

55

56

57 **ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

58

59 No dia 13 de maio do ano dois mil e oito, com início às 9h30, a Câmara Técnica de Cobrança  
60 pelo Uso de Recursos Hídricos - CTCOB do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH  
61 realizou sua 56ª reunião em Brasília, convocada há doze dias, tendo como presidente, o **Sr.**  
62 **Rodrigo Speziali de Carvalho** (MMA/SRHU) e como relator, o senhor **Ednaldo Mesquita**  
63 **Carvalho**, (MMA/SRHU) com a presença de 17 dos seus membros e 8 convidados. Após  
64 abertura, como solicitado pelo representante da SRHU responsável pela Elaboração do PNRH,  
65 foi proposto pelo Presidente da CTCOB a inversão de pauta, sendo o item 6 o primeiro a ser  
66 discutido. Item 6 - Discussão sobre o detalhamento do PNRH, em especial os Subprogramas II.3-  
67 Adequação, Complementação e Convergência do Marco Legal e Institucional, e II.4  
68 Sustentabilidade Econômico - Financeira da Gestão de Recursos Hídricos. E ainda as interfaces  
69 do processo de implementação do PNRH e as ações da CTCOB. O **Sr. Marco Neves**  
70 (MMA/SRHU), membro do GTCE- Grupo de Trabalho para a Elaboração do PNRH foi o  
71 responsável pela explanação solicitada. Inicialmente, foi feita uma contextualização sobre o  
72 PNRH como um todo com abordagens a respeito dos objetivos, objetivos estratégicos e as  
73 diversas etapas de elaboração e sobre a 4ª etapa que é a implementação, tudo isso conforme  
74 palestra anexa. Abordou ainda as macro etapas do Plano Etapa Analítica, o Diagnóstico, contido  
75 no volume 1, a Etapa Prospectiva que explicita os cenários no horizonte temporal 2005 a 2020  
76 contida no volume 2 e a Etapa Propositiva com as diretrizes, programas e metas nos volumes 3 e  
77 4 do PNRH. De forma objetiva e sintética, comentou sobre os 4 componentes do plano bem  
78 como sobre o 13 programas e 30 subprogramas. Especificamente sobre o programa II.3, foi dito  
79 que trata do Desenvolvimento Institucional do GIRH no Brasil e tem como foco de ação: Que “A  
80 *implementação do programa dar-se-á com forte ênfase na articulação e decorrente sinergia das*  
81 *ações dos subprogramas e destas com as ações que estão em curso no âmbito do SINGREH, em*  
82 *cujo contexto estão organicamente inseridos os Sistemas Estaduais de Gerenciamento de*  
83 *Recursos Hídricos (SEGRHs). Especificamente na operacionalização das ações dos*  
84 *Subprogramas II.1 e II.2, o Programa Pró água Nacional terá um papel relevante. Ampliando a*  
85 *perspectiva de articulação, a implantação do Programa II terá forte articulação com a*  
86 *implantação dos Programas III, IV e V.”* Sobre o Programa II.3, Adequação, Complementação e  
87 Convergência do Marco Legal e Institucional foram abordados alguns problemas focos como “A  
88 Política Nacional de Recursos Hídricos não é plenamente implementável à luz das reais  
89 possibilidades postas pela estrutura jurídico-administrativa vigente no país. Dificuldades ligadas  
90 à implementação da bacia hidrográfica como unidade de planejamento e gestão dos recursos  
91 hídricos, seja em decorrência da divisão do país em unidades federadas, seja em função da dupla  
92 dominialidade dos recursos hídricos. Conflitos, superposições e desarticulações entre as  
93 legislações que tratam da gestão das águas, nas esferas nacional, regional e local. Maior  
94 envolvimento dos municípios no processo de gestão dos recursos hídricos, internalização dos  
95 aspectos de interesse da gestão de recursos hídricos na legislação de outros setores. E ainda, a  
96 articulação da legislação nacional de recursos hídricos com as legislações estaduais. Em seguida,  
97 explicou todo o detalhamento que foi feito relacionando a macro diretriz, objetivo geral,  
98 específicos e sobre o processo de implementação que será coordenado pela União, com o  
99 envolvimento dos Estados na fase de adequação das legislações estaduais. A interlocução deverá  
100 acontecer na ANA/MMA; Congresso Nacional; Conselho Nacional de Recursos Hídricos; CTIL-  
101 CNRH; Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos; Assembleias Legislativas Estaduais. Como  
102 produtos são esperados: Plano Estratégico do CNRH. Diagnóstico Analítico do quadro legal e  
103 institucional que rege a gestão de recursos hídricos. Foi dito que serão feitos estudos sobre a  
104 convergência entre as legislações estaduais e, destas, com a legislação nacional e a adequação

105 das legislações estaduais às características regionais. E ainda, estudos sobre as legislações  
106 setoriais e sua articulação com a legislação de recursos hídricos. O fluxograma do repasse de  
107 recursos no âmbito da GIRH. Planejamento estratégico com agenda de trabalho para a GIRH foi  
108 mencionado. Sobre o subprograma II.4 “ *Sustentabilidade Econômico Financeira da Gestão de*  
109 *Recursos Hídricos*”, foram abordados alguns problemas foco como: “Algo em torno de 95% dos  
110 investimentos que afetam direta ou indiretamente os recursos hídricos são empreendidos pelos  
111 setores usuários. Portanto, boa parte das diretrizes que deveriam nortear programas e projetos de  
112 recursos hídricos deveria ter origem em interfaces setoriais, em particular no que concerne às  
113 infra-estruturas hídricas. Demanda por investimento em ações estruturais e não estruturais.  
114 Reconhecimento do papel da cobrança como instrumento econômico voltado à gestão de  
115 recursos hídricos. Além das macro diretrizes, objetivos gerais e específicos”, o **Sr. Marco Neves**  
116 **(MMA/SRHU)** comentou ainda sobre a implementação do programa e a sua interlocução, bem  
117 como a expectativa de obtenção dos seguintes produtos: *Matriz de financiamento potencial do*  
118 *SINGREH. Cadastro com as fontes financiadoras identificadas. Informes ao CNRH sobre a*  
119 *convergência de critérios, estimativas e matriz de financiamento potencial do SINGREH.* Foram  
120 abordados, ainda, as interfaces possíveis com a CTCOB quais sejam: Acompanhamento da  
121 aplicação dos recursos da cobrança, descontingenciamento dos recursos provenientes do setor  
122 elétrico (fonte 134). Acompanhamento dos estudos de viabilidade e alternativas de  
123 financiamento para a implementação da política de recursos hídricos em interface com a  
124 cobrança. Sobre a disponibilidade de recursos para a implementação do PNRH, o Sr. Marco  
125 Neves informou que no PPA 2008 a 2011 há previsões, mas admitiu que não são suficientes,  
126 como exemplo citou o programa II.4 que deverá explicitar as fontes possíveis para a  
127 implementação do PNRH. Outro aspecto mencionado, relacionado à sustentabilidade da  
128 implementação, está relacionado à importância do processo de interlocução e integração  
129 horizontal. Após apresentação, o Presidente da CTCOB abriu espaço para debates e pedidos de  
130 esclarecimentos. O **Sr. Marco Neves (MMA/SRHU)** ainda explicou que questões regionais  
131 transversas foram colocadas e serão reunidas e transformadas em diretrizes nacionais, da mesma  
132 forma, as diretrizes nacionais devem sensibilizar os programas estaduais e de bacia. O Presidente  
133 da CTCOB, **Sr. Rodrigo Speziali (MMA/SRHU)**, ponderou que as questões sustentabilidade  
134 financeira colocavam para a CTCOB uma pauta, entendia que essas ações ultrapassam a esfera  
135 de competência da própria CT. Explicou que a CTCOB discute e acompanha o instrumento  
136 cobrança, o subprograma apresentado propõe algo muito mais amplo. Disse ainda o Presidente  
137 da CT que a Câmara está sendo cobrada para ampliar suas atribuições e perguntou a todos se  
138 aquelas atribuições da CTCOB deveriam mudar. O **Sr. Walder Suriani (Usuário/Prestadores**  
139 **de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento)** afirmou que o PNRH não  
140 abordava questões de saneamento e muito menos o relacionamento intersetorial, envolvendo o  
141 Ministério das Cidades - MCidades. Perguntou sobre como sensibilizar o MC para a  
142 internalização de conceitos de multiuso. O **Sr. Marco Neves (MMA/SRHU)** contestou, dizendo  
143 que foi inclusive elaborado um caderno setorial que deu origem a dois programas do PNRH o  
144 VII. 1 e VI.4, evidenciando assim que a questão Saneamento foi muito privilegiada. Sobre a  
145 sensibilização ao MC, comentou que o programa VII prevê esta questão, o MC será convidado a  
146 participar do processo de implementação do referido subprograma. O **Sr. Rodrigo Speziali**  
147 **(MMA/SRHU)** enfatizou que o saneamento está muito pulverizado em vários ministérios, sendo  
148 a inter relação, portanto, muito difícil. Espera-se uma melhoria na medida em que o CNRH  
149 puder intervir e melhor interagir. O **Sr. Enéas S. Machado (CERH PR/MT)** ponderou que  
150 existem dois mundos distintos, um do PNRH que vai aprimorar-se, o outro é o real o do PAC. Os  
151 mundos ainda não se falam, tudo exige paciência. A **Sra. Norma Lúcia de Carvalho**  
152 **(MCidades)** informou que, diferentemente do setor elétrico, no saneamento as grandes  
153 definições do setor, como a titularidade, são prerrogativas municipais, não existe uma agência  
154 reguladora. Continuou, dizendo que ações relacionadas ao saneamento estão distribuídas na  
155 FUNASA, Ministério da Integração, Ministério do Meio Ambiente além do próprio Ministério  
156 das Cidades. Sobre a questão sustentabilidade do sistema, o **Sr. Rodrigo Speziali**

157 (MMA/SRHU) reafirmou que o que está sendo demandado à CTCOB é algo superior à própria  
158 cobrança pelo uso dos recursos hídricos. Propôs um aprofundamento do debate, envolvendo  
159 inclusive ampliações das atribuições da própria CT, acha fundamental que se consulte o próprio  
160 CNRH em uma de suas plenárias. Aproveitou para convidar o Sr. Marco Neves a apresentar na  
161 próxima reunião da CT o detalhamento do Subprograma III.7. Sobre o assunto, o **Sr. André Pol**  
162 (MMA/SRHU) ponderou que sustentabilidade é paradigma, o ideal seria que a CT  
163 desempenhasse seu papel para as questões inerentes apenas à cobrança. Alertou para os cuidados  
164 a serem tomados com ampliação de responsabilidades da CT com gastos de energia para  
165 assuntos que estão hoje sendo discutidos em outras áreas. Outros membros da CT manifestaram  
166 também suas opiniões favoráveis à discussão do tema na CTCOB, por ser uma questão  
167 importante e atual. Item 3 - Prioridades para a aplicação dos recursos da cobrança em 2009 -  
168 Apresentação pela ANA, da NT nº 015/2008/SAG, contendo as ações a serem priorizadas a  
169 partir de informações enviadas pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos e Comitês de  
170 Bacias Hidrográficas, conforme Resolução CNRH nº 70/07 - Discussão de proposta de resolução  
171 que estabelece as prioridades para aplicação dos recursos da cobrança para o exercício  
172 orçamentário de 2009. Inicialmente, o Presidente da CTCOB **Sr. Rodrigo Speziali**  
173 (MMA/SRHU) explicou a origem do tema decorrente do § 4º do art. 21 da Lei nº 9.984, de  
174 2000, no qual está estabelecido que cabe ao CNRH estabelecer as prioridades para aplicação dos  
175 recursos da Cobrança, após consulta aos comitês. Disse que posteriormente, conforme resolução  
176 n.º 70/2007, foi estabelecido o processo de consulta aos comitês. Informou que o atual processo  
177 de consulta foi deflagrado em dezembro de 2007. As informações foram destinadas à ANA que  
178 as tabulou e encaminhou à Secretaria Executiva do CNRH em 30/03/08. Comentou que seriam  
179 exatamente aquelas informações tabuladas que seriam analisadas, priorizadas e apresentadas, na  
180 forma de uma proposta de resolução ao CNRH. Concluiu, dizendo que há necessidade que a CT  
181 retorne a revisão da Resolução nº 70 para que seja aperfeiçoado o processo de consulta aos  
182 Estados após dois anos de observação. Após, foi feita pelo **Sr. Giordano Bruno (MMA/ANA)**  
183 apresentação sucinta da nota técnica elaborada pela Agência, contendo todas as informações  
184 recebidas dos Estados. Em seguida, foram abertos os debates e pedidos de esclarecimento para  
185 os técnicos da ANA: Patrick Thomas e Giordano Bruno. **A Sra. Valéria Almeida Lopes de**  
186 **Faria (Usuário/Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica)** questionou a  
187 respeito da tramitação de projetos para pleito de recursos na ANA, em função das prioridades  
188 estabelecidas. O **Sr. Patrick T. Thomas (MMA/ANA)** explicou que para não criar  
189 frustrações a Agência tem procurado evitar pedidos antecipados de projetos e para os projetos já  
190 enviados existem vários critérios para elencá-los e atendê-los. Explicou que em cada bacia existe  
191 alguma ação sendo feita ou em andamento compatível com os Subprogramas do PNRH. **A Sra.**  
192 **Laura Stela Naliato Perez (CERH SP/RJ)** solicitou informações sobre o percentual de  
193 recursos do orçamento da ANA que são necessários para atender às suas atribuições legais, as  
194 quais devem ser executadas sendo ou não prioridades estabelecidas pelo CNRH. Concordando, o  
195 **Sr. Patrick T. Thomas – (MMA/ANA)** disse que de fato os recursos orçamentários disponíveis  
196 para a ANA não seriam suficientes para atender a todas as atribuições legais e as prioridades que  
197 venham a ser estabelecidas. Por isso, ponderou que devem ser alavancados recursos alternativos  
198 para o financiamento e sustentabilidade da gestão dos recursos hídricos, como é o caso dos  
199 fundos decorrentes dos recursos da compensação financeira. Sugeriu à CTCOB que fossem  
200 feitos estudos relacionados à forma de aplicação destes recursos. O **Sr. Rodrigo Speziali**  
201 (MMA/SRHU) registrou que estavam sendo estabelecidas prioridades que são diretrizes, as  
202 quais, para a sua concretização é fundamental que os subprogramas do PNRH estejam em franca  
203 implementação. Após debates e esclarecimentos, foram definidos os critérios para o  
204 estabelecimento das prioridades dentro daquelas elencadas e sugeridas após consultas a Estados  
205 e Comitês. Dentre outras, foi sugerido o estabelecimento de prioridades por região. Ao final, foi  
206 definido o critério de pesos 3,2,1 para os subprogramas mais votados em termos de prioridades  
207 1,2,3. Assim, definidos os critérios, foram estabelecidas as prioridades para utilização em 2009  
208 dos recursos decorrentes do Setor Elétrico, na forma de subprogramas do PNRH. As prioridades

estabelecidas consubstanciaram uma proposta de resolução que seria encaminhada à CTIL e posteriormente à plenária do CNRH. No início da tarde, o **Sr. Giordano Bruno (MMA/ANA)** transmitiu aos membros da CT algumas recomendações e sugestões deixadas pelo **Sr. Patrick Thomas (MMA/ANA)**: 1-Que os subprogramas prioritários fossem encaminhados para conhecimento e detalhamento à CTPNRH. 2- Que a resolução com o estabelecimento de prioridades, após aprovação pelo CNRH, fosse também encaminhada a outros Conselhos e Ministérios. 3 - Que na próxima reunião da CT, fossem retomados os estudos com vistas até a elaboração de uma proposta de resolução sobre os Fundos de Recursos Hídricos com uma nova e atualizada apresentação pela ANA sobre o tema. Neste momento da reunião, foram retomadas as sugestões e recomendações para o futuro processo de revisão da Resolução n.º 70/2007. Foi recomendado que deveriam ser abordados na resolução os critérios que seriam utilizados para o estabelecimento dos subprogramas prioritários, dando pesos para prioridades estaduais diferentes das prioridades oriundas dos Comitês, que as consultas deveriam ser bi anuais e que uma nova cronologia viesse a ser estabelecida, dando mais tempo para os CERH ouvirem os comitês estaduais, de tal forma que as prioridades estaduais fossem definidas com critérios em reuniões plenárias dos CERH e, finalmente, que fossem estabelecidas metas de resultados. Item 4 - Relato de representante do GTAAC relacionado à 3ª reunião do grupo e sobre a LOA-2008 - O **Sr. Rodrigo Speziali (MMA/SRHU)** relatou sobre o que ocorreu no dia anterior, durante a III reunião do GTAAC que contou com a presença do **Assessor de planejamento da ANA, Sr. Moisés P. Gomes**. Na oportunidade, foi dito que o objetivo da reunião era o de verificar a correlação entre a proposta orçamentária da ANA e os limites disponibilizados para atender também as prioridades estabelecidas pelo CNRH, conforme resolução nº 71 de 2007. O **Sr. Moisés Gomes (MMA/ANA)** informou e mostrou que mesmo com o contingenciamento e mesmo com o final da CPMF, as previsões orçamentárias se confirmaram. A relatora do GTAAC, **Sra. Valéria de Faria**, rememorou o conteúdo do 1º relatório do GTAAC no qual havia uma previsão orçamentária para a ANA da ordem de R\$151 mi, sendo R\$80,6 mi a serem considerados como reserva de contingência. Após LOA 2008, os valores confirmados foram de R\$187mi, sendo R\$93,7 mi como reserva de contingência. Foi sugerido que o GTAAC voltasse a reunir-se para rever o relatório elaborado e sugerir estratégias a serem adotadas e analisadas pela CTCOB com respeito à minimizar os contingenciamentos existentes nos recursos oriundos do setor Elétrico. Item 5 - O seminário “Perspectivas para a Cobrança pelo Uso do Água no Brasil” - Programação final, responsáveis, parcerias, apoios. Foram apresentadas pelo presidente da CTCOB os motivos que levaram a comissão responsável pela organização do seminário a mudar a data do seminário dos dias 18 e 19/06 para o final de agosto. Os motivos estavam relacionados à participação do Brasil na Expo – Zaragoza. Na oportunidade, foi também analisada uma sugestão do Conselheiro João Climaco para ser acrescentado na programação a “questão relacionada ao olhar da sociedade civil no contexto das discussões sobre a cobrança”. Consultados os membros da CTCOB, não houve concordância no acatamento da sugestão. Entendeu a CT que no painel onde os Comitês serão os protagonistas, estas sugestões poderão ser discutidas durante o evento. O **Sr. Rodrigo Speziali (MMA/SRHU)** comentou também sobre as questões financeiras e sobre a necessidade de novas parcerias, pediu apoio aos presentes. Para representar o setor agrícola em um dos painéis, foi sugerido o nome do presidente AIBA, para o mesmo momento o **Sr. Jaildo Santos Pereira (OTEP)** sugeriu os nomes do Deputado Mendes Ribeiro ou do Deputado Jorge Kouri. O conselheiro **Jairo Lousa (Usuários/Irrigantes)** prometeu analisar as sugestões para referendar. Às 17h15 o Presidente da CTCOB agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

Ata aprovada na 57ª Reunião da CTCOB, realizada no dia 21 de agosto de 2008.

257

258 **Rodrigo Speziali de Carvalho**  
259 Presidente da CTCOB

**Ednaldo Mesquita Carvalho**  
Relator da CTCOB